

Usina Fotovoltaica Arinos E 15 Ltda.

CNPJ: 42.626.913/0001-68

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2025

Senhores sócios, a Administração da Usina Fotovoltaica Arinos E 15 Ltda., em cumprimento às suas atribuições e atendendo aos dispositivos legais e contratuais vigentes, apresenta a V.Sas. as demonstrações financeiras da Empresa, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

Rio de Janeiro, 18 de março de 2026.

Diretoria executiva

Bruno Riga

Fabio Destefani Campos

Vago

Vago

Vago

Vago

Cargo

Diretor-Presidente

Diretor de Operação e Manutenção

Diretor Administrativo, Financeiro e de Planejamento e Controle

Diretor de Desenvolvimento de Negócios

Diretor de Construção

Diretor de Projetos

Relações com investidores

Fábio Romanin

Contadora responsável

Camila Silva de Mello

CRC 1RS083577/O-5

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	31.12.2025	31.12.2024
<u>Ativo circulante</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	16.941	2.502
Contas a receber de clientes		8.930	11.936
Outros tributos compensáveis		717	1.230
Total do ativo circulante		26.588	15.668
<u>Ativo não circulante</u>			
Imobilizado	4	207.934	189.485
Intangível	5	787	814
Total do ativo não circulante		208.721	190.299
Total do ativo		235.309	205.967

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	31.12.2025	31.12.2024
<u>Passivo circulante</u>			
Fornecedores		8.427	9.749
Obrigações por arrendamentos		23	4
Imposto de renda e contribuição social a pagar		308	195
Dividendos a pagar		1.490	-
Encargos setoriais		22	-
Obrigações de compartilhamento de infraestrutura		5.058	3.294
Total do passivo circulante		15.328	13.242
<u>Passivo não circulante</u>			
Obrigações por arrendamentos		1.613	277
Provisão para desmantelamento		243	159
Total do passivo não circulante		1.856	436
<u>Patrimônio líquido</u>			
	6		
Capital social		213.338	193.009
Reserva de lucros		4.787	4
Lucros acumulados		-	(724)
Total do patrimônio líquido		218.125	192.289
Total do passivo		235.309	205.967

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
Receita líquida	7	33.618	13.502
Custo	8	(23.685)	(9.353)
Lucro bruto		9.933	4.149
<u>Receitas (despesas) operacionais</u>	8		
Despesas gerais e administrativas		(1.813)	(1.839)
Outras receitas operacionais		3	-
Total despesas operacionais		(1.810)	(1.839)
Lucro antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro		8.123	2.310
<u>Resultado financeiro</u>			
Receitas financeiras		275	31
Despesas financeiras		(265)	(71)
Variações cambiais líquidas		35	(2.631)
Total do resultado financeiro		45	(2.671)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social		8.168	(361)
<u>Imposto de renda e contribuição social</u>			
Imposto de renda e contribuição social correntes		(1.171)	(433)
Total dos tributos sobre o lucro (prejuízo)		(1.171)	(433)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		6.997	(794)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	2025	2024
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	6.997	(794)
Total dos resultados abrangentes do exercício	6.997	(794)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social			Reservas de lucros		Total
	Capital subscrito	(-) Capital a integralizar	Reserva legal	Reserva para reforço de capital de giro	Prejuízos acumulados	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	221.724	(127.721)	4	-	70	94.077
Resultado abrangente total:						
Prejuízo exercício	-	-	-	-	(794)	(794)
Transações com os cotistas						
Integralização de capital	-	99.006	-	-	-	99.006
Saldo em 31 de dezembro de 2024	221.724	(28.715)	4	-	(724)	192.289
Resultado abrangente total:						
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	6.997	6.997
Transações com os cotistas						
Integralização de capital	-	20.329	-	-	-	20.329
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	(1.490)	(1.490)
Mutações internas do patrimônio líquido						
Reserva legal	-	-	314	-	(314)	-
Reserva para reforço de capital de giro	-	-	-	4.469	(4.469)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	221.724	(8.386)	318	4.469	-	218.125

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	31.12.2025	31.12.2024
<u>Atividades operacionais</u>		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	6.997	(794)
<u>Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais</u>		
Depreciação e amortização	7.225	1.006
Juros sobre obrigações de arrendamento	192	33
Provisão para desmantelamento	23	-
<u>Redução (aumento) dos ativos</u>		
Contas a receber de clientes	3.006	(11.936)
Outros tributos compensáveis	513	(159)
<u>Redução (aumento) dos passivos</u>		
Fornecedores	(1.322)	6.815
Imposto de renda e contribuição social a pagar	1.124	433
Encargos setoriais	22	-
Obrigações de compartilhamento de infraestrutura	1.764	1.756
Pagamento de juros de obrigações por arrendamento	(179)	(30)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(1.011)	(294)
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades operacionais	18.354	(3.170)
<u>Atividades de investimentos</u>		
Adições para ativo imobilizado	(24.211)	(93.357)
Adições para ativo intangível	(14)	(817)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(24.225)	(94.174)
<u>Atividades de financiamentos</u>		
Integralização de capital	20.329	99.006
Pagamento de obrigações por arrendamento (principal)	(19)	(4)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	20.310	99.002
Transações que não afetam caixa	-	814
Variação no caixa líquido	14.439	2.472
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	2.502	30
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	16.941	2.502

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1 Contexto operacional

A Usina Fotovoltaica Arinos E 15 Ltda. (“Empresa”), é uma empresa limitada, constituída em 17 de dezembro de 2021, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, é controlada pela Enel Brasil S.A. S.A. e tem por objeto social geração e comercialização de energia elétrica de origem solar, podendo realizar outros serviços afins ou complementares relacionados ao seu objeto social.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Base de preparação

2.1.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Empresa foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

A Empresa aplicou e divulgou as políticas contábeis materiais, de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário. As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela administração da Empresa na sua gestão.

A Administração da Empresa autorizou a emissão destas demonstrações financeiras em 18 de março de 2026.

2.1.2 Moeda funcional e transações em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Empresa. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.1.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicada a base diferente de mensuração.

2.2 Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 1º de janeiro de 2025

A Empresa avaliou os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

As novas normas contábeis ou aquelas alteradas que passaram a vigorar para exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025 estão evidenciadas a seguir e não resultaram em alterações materiais para as políticas contábeis materiais atualmente utilizadas pela Empresa:

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para os períodos anuais iniciados em ou após
CPC 02 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis - Ausência de conversibilidade	As alterações estabelecem requisitos específicos para avaliar quando uma moeda não é conversível e como estimar a taxa de câmbio a utilizar, assim como as divulgações necessárias.	1º de janeiro de 2025
Resolução CVM Nº 223/2024	Aprova a Orientação Técnica OCPC 10 – Créditos de Carbono, Permissões de Emissões (<i>allowances</i>) e Créditos de Descarbonização (CBIO)	1º de janeiro de 2025

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



2.3 Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025, e ainda não estão em vigentes. A Empresa está avaliando os impactos dessas novas normas, e se aplicável aos negócios da Empresa, os pronunciamentos novos ou alterados serão adotados assim que sua adoção entrar em vigor.

As principais alterações estão descritas a seguir:

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para os períodos anuais iniciados em ou após
CPC 48 - Instrumentos financeiros e CPC 40 - Instrumentos financeiros: Evidenciação - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	De acordo com as alterações, a empresa geralmente desreconhece suas contas a pagar na data de liquidação quando ela usa um sistema de pagamento eletrônico que atende a todos os seguintes critérios: (i) nenhuma capacidade prática de retirar, interromper ou cancelar a instrução de pagamento; (ii) nenhuma capacidade prática de acessar o dinheiro a ser usado para liquidação como resultado da instrução de pagamento; e (iii) o risco de liquidação associado ao sistema de pagamento eletrônico é insignificante.	1º de janeiro de 2026
	Requisitos de classificação e mensuração de Instrumentos Financeiros – incluindo a classificação de ativos financeiros com um recurso vinculado a ESG. As novas alterações ajudarão as empresas a avaliar se os ativos financeiros com características ESG atendem ao critério de pagamentos somente de principal e juros.	1º de janeiro de 2026
<i>Annual Improvements to IFRS Accounting Standards – Volume 11 (o CPC ainda não se pronunciou como será a efetiva adesão ao Volume 11)</i>	Emenda sobre contas a receber pode levar a mudança na política contábil. As alterações do IASB eliminam o conflito entre o IFRS 9 e o IFRS 15 sobre o valor pelo qual um recebível comercial é inicialmente mensurado. Outras alterações incluem o desreconhecimento de passivos de arrendamento. Se um passivo de arrendamento for desreconhecido, então o desreconhecimento é contabilizado de acordo com o IFRS 9. Entretanto, quando um passivo de arrendamento é modificado, a modificação é contabilizada de acordo com o IFRS 16 Arrendamentos.	1º de janeiro de 2026
<i>IFRS 7 - Contratos de compra de energia (o CPC ainda não se pronunciou como será a efetiva adesão ao IFRS 7)</i>	As alterações visam ajudar as empresas a reportar melhor os efeitos financeiros dos contratos de eletricidade dependentes da natureza, que frequentemente são estruturados como contratos de compra de energia (PPAs). Esses contratos ajudam as empresas a garantir seu fornecimento de eletricidade a partir de fontes como energia eólica e solar. A quantidade de eletricidade gerada sob esses contratos pode variar com base em fatores incontroláveis, como condições climáticas. Para permitir que as empresas reflitam melhor esses contratos nas demonstrações financeiras, foram realizadas alterações específicas à IFRS 9 Instrumentos Financeiros e à IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações. As alterações incluem: esclarecimento da aplicação dos requisitos de "uso próprio"; permissão da contabilidade de hedge caso esses contratos sejam utilizados como instrumentos de hedge; e o incremento de novos requisitos de divulgação para permitir que os investidores entendam o efeito desses contratos no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa de uma empresa.	1º de janeiro de 2026
CPC 51 - Apresentação e divulgação das demonstrações financeiras	Demonstração do resultado: Classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias: operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.	1º de janeiro de 2027

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para os períodos anuais iniciados em ou após
	As medidas de desempenho definidas pela administração são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.	
	Orientações aprimoradas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.	
	Usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.	

2.4 Aplicação de julgamentos, estimativas e premissas contábeis materiais

As práticas contábeis e estimativas materiais da Empresa estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas.

A Empresa adota premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, deve ser considerado que há uma incerteza inerente relativa à determinação dessas premissas e estimativas, o que poderá levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do referido ativo ou passivo em períodos futuros na medida em que novas informações estejam disponíveis.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, estão apresentadas nas notas explicativas.

3 Caixa e equivalentes de caixa

	31.12.2025	31.12.2024
Caixa e contas correntes bancárias	1.497	2.502
Aplicações financeiras		
CDB (Aplicações diretas)	15.444	-
Total	16.941	2.502

Caixa e equivalentes de caixa, incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras com liquidez imediata e estão demonstradas pelo custo acrescido dos juros auferidos por apresentarem risco insignificante de variação no seu valor de mercado.

De acordo com o modelo de negócios da Empresa, os saldos de caixa e equivalentes de caixa são classificados como custo amortizado pois tem como objetivo coletar os fluxos de caixa de principal e juros. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, juros e correção monetária, em contrapartida ao resultado, calculados com base no método de taxa de juros efetiva, conforme definido na data da sua contratação e atualização da taxa CDI mensal.

Redução ao valor recuperável: todo saldo relacionado a caixa e equivalentes de caixa está sujeito à análise de perdas esperadas de acordo com o CPC 48 – Instrumentos financeiros. Os investimentos da Empresa são realizados com base na sua política que determina a diversificação do risco de crédito, centralização de suas transações em instituições de primeira linha e estabelecimento de limites de concentração e critérios de ratings das principais agências de risco.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não há expectativa de perda de ativos financeiros nas instituições para os quais a Empresa possui caixa, equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo. Desse modo, não foi registrada nenhuma perda esperada associada a esses ativos.

4 Imobilizado

Os itens que compõem o ativo imobilizado da Empresa são apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Empresa reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Um item do ativo imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

Uso de estimativas

Redução ao valor recuperável

A Empresa monitora de forma contínua as mudanças nos cenários econômico, operacional, regulatório e tecnológico que possam afetar a recuperabilidade de seus ativos, em linha com o disposto no CPC 01 (Redução ao Valor Recuperável de Ativos), o qual requer a avaliação da existência de indícios de perda sempre que houver eventos ou alterações nas circunstâncias que indiquem que o valor contábil de um ativo possa não ser recuperável.

Adicionalmente, a Empresa realiza testes anuais de redução ao valor recuperável para os ativos ou unidades geradoras de caixa, independentemente da existência de indícios de perda.

Com base nos testes realizados em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não foram identificados indicadores de que os ativos estivessem registrados por valores superiores aos seus respectivos valores recuperáveis, não tendo sido reconhecidas perdas por *impairment* nesses exercícios.

A seguir é apresentada a movimentação desses ativos:

	31.12.2024	Adições	Depreciação	Desmantelamento	Transferências	31.12.2025
<u>Imobilizado em serviço</u>						
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	159	-	-	61	96.016	96.236
Instalações técnicas/mecânicas solar	188.824	-	-	-	(79.612)	109.212
	188.983	-	-	61	16.404	205.448
<u>Depreciação acumulada</u>						
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	-	-	(3.819)	-	-	(3.819)
Instalações técnicas/mecânicas solar	(994)	-	(3.311)	-	-	(4.305)
	(994)	-	(7.130)	-	-	(8.124)
<u>Imobilizado em curso</u>						
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	88.920	4.771	-	-	(91.638)	2.053
Máquinas e equipamentos	(87.697)	19.440	-	-	75.234	6.977
	1.223	24.211	-	-	(16.404)	9.030
Total do imobilizado	189.212	24.211	(7.130)	61	-	206.354
<u>Ativo de direito de uso</u>						
Terrenos	273	1.361	(54)	-	-	1.580
	273	1.361	(54)	-	-	1.580
Total	189.485	25.572	(7.184)	61	-	207.934

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	31.12.2023	Adições	Depreciação	Baixas	Desmantelamento	Transferências	31.12.2024
Imobilizado em serviço							
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	-	-	-	-	159	-	159
Instalações técnicas/mecânicas solar	-	-	-	-	-	188.824	188.824
	-	-	-	-	159	188.824	188.983
Depreciação acumulada							
Instalações técnicas/mecânicas solar	-	-	(994)	-	-	-	(994)
	-	-	(994)	-	-	-	(994)
Imobilizado em curso							
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	62.373	26.547	-	-	-	-	88.920
Máquinas e equipamentos	34.317	66.810	-	-	-	(188.824)	(87.697)
	96.690	93.357	-	-	-	(188.824)	1.223
Total do imobilizado	96.690	93.357	(994)	-	159	-	189.212
Ativo de direito de uso							
Terrenos	-	282	(9)	-	-	-	273
	-	282	(9)	-	-	-	273
Total	96.690	93.639	(1.003)	-	159	-	189.485

5 Intangível

A Empresa reconhece como ativo intangível o direito de operar a usina de geração de energia elétrica durante o período da outorga.

O ativo intangível é demonstrado ao custo de aquisição e/ou de construção, incluindo a margem de construção. O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Empresa.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Empresa. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil regulatória nas quais os ativos construídos pela Empresa integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão. A amortização é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil regulatória estimada.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se esta avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

Uso de estimativas

A Empresa avalia anualmente eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Caso exista um indicador de perda de valor recuperável, o teste é realizado anualmente no fim de cada exercício social ou sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O valor recuperável do ativo é definido como sendo o maior entre o valor de uso e o valor justo menos custo para venda.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não foram observados indicativos de que os ativos relevantes da estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	Em serviço		31.12.2025	31.12.2024
	Custo	Amortização acumulada	Total	Total
Direito de uso da concessão	814	(26)	788	814
Custo incremental	16	(17)	(1)	-
Total	830	(43)	787	814

A movimentação do intangível está demonstrada a seguir:

	31.12.2024	Adições	Amortização	31.12.2025
<u>Intangível em serviço</u>				
Direito de uso da concessão	814	-	-	814
Custo incremental	2	14	-	16
	816	14	-	830
<u>Amortização acumulada</u>				
Direito de uso da concessão	-	-	(26)	(26)
Custo incremental	(2)	-	(15)	(17)
	(2)	-	(41)	(43)
Total	814	14	(41)	787

	31.12.2023	Adições	Amortização	Transferências	31.12.2024
<u>Intangível em serviço</u>					
Direito de uso da concessão	-	-	-	814	814
Custo incremental	-	2	-	-	2
	-	2	-	814	816
<u>Amortização acumulada</u>					
Custo incremental	-	-	(2)	-	(2)
	-	-	(2)	-	(2)
<u>Intangível em curso</u>					
Direito de uso da concessão	814	-	-	(814)	-
	814	-	-	(814)	-
Total	814	2	(2)	-	814

6 Patrimônio líquido

A composição societária em 31 de dezembro de 2025 e 2024 está demonstrada a seguir:

	31.12.2025		31.12.2024	
	Quantidade de cotas	% de participação no capital	Quantidade de cotas	% de participação no capital
Enel Brasil S.A.	221.724.006	100,00%	221.724.006	100,00%
Total	221.724.006	100,00%	221.724.006	100,00%

7 Receita líquida

As receitas são reconhecidas pela Empresa de acordo com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (“CPC 47”). A norma estabelece o modelo para reconhecimento de receitas originadas de contratos com clientes, composto por cinco passos, cujos valores devem refletir a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente.

A Empresa reconhece suas receitas quando uma obrigação de performance é satisfeita, sendo considerado o valor que se espera receber em troca da transferência de bens ou serviços. As receitas são reconhecidas à medida que for provável o recebimento da contraprestação financeira em troca bens ou serviços ora transferidos, considerando também, a capacidade e intenção de seus clientes em cumprir com os pagamentos determinados em contrato.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	2025	2024
Suprimento de energia elétrica	800	-
Suprimento de energia elétrica - partes relacionadas	32.860	10.570
Mercado de curto prazo	1.506	3.443
Receita operacional bruta	35.166	14.013
Deduções da receita		
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TSEE	(264)	-
COFINS	(1.055)	(420)
PIS	(229)	(91)
Total deduções da receita	(1.548)	(511)
Total	33.618	13.502

8 Custo e despesas gerais e administrativas

	2025			
	Custo	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas operacionais	Total
Serviço de terceiros	(2)	-	-	(2)
Serviço de terceiros - partes relacionadas	-	(1.764)	-	(1.764)
Energia elétrica comprada para revenda	(12.851)	-	-	(12.851)
Energia elétrica comprada para revenda - partes relacionadas	(354)	-	-	(354)
Encargos do uso de rede elétrica	(3.153)	-	-	(3.153)
Aluguéis e arrendamentos	(28)	-	-	(28)
Seguros	(72)	-	-	(72)
Depreciação e amortização	(7.225)	-	-	(7.225)
Outras receitas (despesas) operacionais	-	(49)	3	(46)
Total	(23.685)	(1.813)	3	(25.495)

	2024			
	Custo	Despesas gerais e administrativas		Total
(-) Capitalização dos custos de pessoal	765	-		765
Material	(5)	(5)		(10)
(-) Capitalização dos custos de material	677	-		677
Serviço de terceiros	(2)	(5)		(7)
Serviço de terceiros - partes relacionadas	-	(1.755)		(1.755)
Energia elétrica comprada para revenda	(3.014)	-		(3.014)
Energia elétrica comprada para revenda - partes relacionadas	(3.694)	-		(3.694)
Encargos do uso de rede elétrica	(3.059)	-		(3.059)
Aluguéis e arrendamentos	(16)	-		(16)
Depreciação e amortização	(1.005)	-		(1.005)
Outras despesas operacionais	-	(74)		(74)
Total	(9.353)	(1.839)		(11.192)